

**EXCELENTÍSSIMA SENHORA PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE
CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**



Processo n.º 674/2020

CONTARPP ENGENHARIA LTDA., já qualificada no processo acima epigrafado, comparece perante Vossa Excelência, em face das disposições da Decisão n.º 4.766/2020, de que trata o Ofício n.º 10.181/2020 - GP, para expor e requerer o que se segue.

I – DOS FATOS

Cuidam os autos, em sua origem, da Representação formulada pela empresa RVA Comércio e Serviços de Construções – EIRELI, em face da Dispensa de Licitação n.º 435/2020, com o objetivo de implantar o hospital de campanha no Estádio Mané Garrincha, para criação de 200 (duzentos) leitos de internação para tratamento de pacientes com COVID-19.

Aludido procedimento de dispensa de licitação culminou com a contratação desta empresa, circunstância que se materializou por meio da lavratura do Contrato n.º 067/2020.

Ao depois, sobreveio ao feito a representação subscrita pelo Deputado Distrital Leandro Grass.

Do teor da representação indicada no parágrafo precedente, a Unidade Técnica desse Tribunal de Contas, por meio da Informação n.º 91/2020 – DIASP 1, alinhou as alegadas irregularidades suscitadas pelo representante na forma vista adiante:

“exíguo prazo entre a publicação do “Aviso de Abertura de Dispensa de Licitação” (edição extra do DODF de 2.4.2020) e a data para a apresentação de propostas (até as 15h do dia 3.4.2020);

- não disponibilização para acesso público do respectivo Processo SEI-SES/DF que tratou do certame, o que teria dificultado a verificação dos “detalhes da proposta e o objeto a ser contratado e efetivamente realizado”;

- provável divulgação do respectivo Projeto Básico somente após a celebração do Contrato, sendo que apenas neste primeiro documento constavam os requisitos de apresentação de proposta e contratação e a qualificação técnica das empresas concorrentes, a adoção do critério de “menor preço”, e que seria julgada vencedora a empresa que apresentasse o maior desconto;


- inexistência de um “canal de comunicação oficial” pela SES/DF para o recebimento de propostas, os quais são recebidos em “emails do Gmail” no caso de dispensa de licitação, e não por endereços eletrônicos institucionais, ao contrário de outros órgãos no DF, como a Secretaria de Estado de Economia, o que facilitaria a fiscalização “por parte dos setores competentes”;

- seleção da empresa classificada na “sétima posição nas propostas apresentadas”, em detrimento das outras seis que apresentaram o melhor preço;

- desclassificação “sumária” e “sem publicidade dos fundamentos” das propostas mais vantajosas apresentadas pelas seis empresas mais bem classificadas;

- a empresa contratada para a prestação do objeto em tela também foi contratada para a construção do Hospital de Campanha da Ceilândia ao custo de R\$ 10.488.201,61, “em processos que carecem de transparência”, objeto da Representação nº 897/2020 pelo mesmo parlamentar e da Decisão TCDF nº 3703/2020”.

No exame a que procedeu nas alegadas irregularidades suscitadas, conforme se vê na Informação n.º 91/2020 – DIASP 1, a Unidade Técnica desse Tribunal de Contas (a) afastou a alegação de que



Projeto Básico teria sido divulgado somente após a lavratura do Contrato n.º 067/2020; (b) salientou que a matéria referente ao recurso interposto pela empresa RVA Comércio e Serviços de Construções EIRELI, no âmbito da Secretaria de Saúde do DF, já está sendo objeto de análise por meio da Decisão n.º 4.360/20; (c) evidenciou que as questões relativas à transparência está sendo objeto de exame nos autos do Processo TCDF n.º 897/2020, conforme se extrai do teor da Decisão n.º 4.364/2020, adotada naquele feito; e (d) no que diz respeito à alegação de inexistência de canal de comunicação oficial, sustentou que “o Representante não indicou eventual dispositivo legal violado. Por outro lado, não parece ser descabida a previsão de encaminhamento das propostas para o endereço eletrônico “*dispensadelicitacao.sesdf@gmail.com*”, dada a particularidade excepcionalíssima de situação de calamidade pública no Distrito Federal decorrente da pandemia do COVID19, assim como as circunstâncias que indiscutivelmente passaram a limitar a atuação ordinária do gestor público, inclusive com a adoção de padrões diferenciados de cumprimento da jornada de trabalho e de rotinas administrativas, particularidades que devem ser consideradas a luz do disposto no art. 4.º c/c Art. 3.º, VII, da Resolução TCDF n.º 333/2020”.

Colhe-se, portanto, do teor da Informação n.º 91/2020 – DIASP 1, que apenas uma alegação de irregularidade erguida pelo representante restou na presente fase processual, a qual diz respeito ao exíguo prazo entre a publicação do aviso de abertura de dispensa de licitação e a data para a apresentação de propostas.

Sobre o ponto indicado no parágrafo precedente, a Unidade Técnica assim se houve:

“Apesar de o número de interessados se mostrar expressivo, a ponto de indicar que não houve prejuízo à coleta de ofertas, é de se estranhar justamente a ampla adesão de empresas de engenharia que atenderam ao chamado da SES/DF em face do curtíssimo espaço de tempo disponível para a confecção das planilhas de preço e juntada da respectiva documentação.

(...)

Assim, uma vez que a questão não foi verificada nas análises pretéritas, entende-se pertinente aprofundar os possíveis impactos do exíguo prazo de convocação no resultado do procedimento que resultou na contratação da empresa Contarpp Engenharia Ltda.

(...)

Ante o exposto, entende-se que a maior parte das questões suscitadas na Representação já se encontra em análise perante a Corte de Contas no presente Processo e nos autos do Processo nº 00600-00000897/2020-55, não tendo sido trazido aos autos fatos novos que demandem a reanálise destes fatos.


Apenas quanto ao curto prazo de convocação estipulado pela SES/DF para a apresentação de propostas para a Dispensa de Licitação n.º 453/2020- SES/DF, tem-se que a questão merece ser melhor analisada à luz dos possíveis impactos no resultado do referido procedimento de contratação, motivo pelo qual se sugere o conhecimento da presente Representação”.

Forte em seu entendimento, a Unidade Técnica, quanto ao ponto aqui em evidência, sugere ao Relator do feito o seguinte:

“II. autorizar: a) a ciência da Decisão que vier a ser prolatada ao Representante, à SES/DF e à empresa Contarpp Engenharia, CNPJ n.º 26.412.148/0001-27, facultando a esta a apresentação de manifestação no prazo de 05 (cinco) dias, em observância ao princípio do contraditório, informando-lhes que as futuras tramitações destes autos poderão ser acompanhadas mediante cadastramento no sistema TCDFPush; b) o retorno dos autos à SEASP para análise do mérito da Representação.”

O entendimento expresso pela Unidade Técnica foi acolhido pelo Relator do feito, ilustre Conselheiro Manoel de Andrade, e pelo Plenário dessa egrégia Corte de Contas, o que resultou na Decisão n.º 4.766/2020, de seguinte teor:

“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – conhecer: a) da Informação nº 91/2020 – DIASP1 (peça 62); b) da Representação formulada pelo Deputado Distrital Leandro Grass (peça 57), pelo atendimento dos pressupostos de admissibilidade previstos no art. 230 do RI/TCDF; c) do Ofício nº 586/2020-GPCF (peça 60); II – autorizar: a) a ciência deste *decisum* ao representante, à SES/DF e à empresa Contarpp Engenharia, CNPJ nº 26.412.148/0001-27, facultando a esta a apresentação de manifestação no prazo de **05 (cinco) dias**, em observância ao princípio do contraditório, informando- lhes que tramitações futuras



poderão ser acompanhadas no site do Tribunal, opção “consulta processual” ou mediante cadastramento no sistema TCDF Push (www.tc.df.gov.br – Espaço do Cidadão – Acompanhamento por e-mail); b) o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização de Áreas Sociais e Segurança Pública, para os fins pertinentes.”

Na essência, são esses os fatos relevantes para esta fase processual.


II – DOS ESCLARECIMENTOS PRELIMINARES

De plano, é forçoso reconhecer que, em relação ao ponto aqui sob exame, exíguo prazo entre o aviso da dispensa de licitação e a apresentação de proposta, o representante não é objetivo em indicar qual o dispositivo legal que estaria sendo desatendido e muito menos em apontar o alegado prejuízo que teria ocorrido em relação a essa alegada irregularidade.

De igual modo, a Unidade Técnica desse Tribunal de Contas, no ponto aqui em destaque, alude ao “curtíssimo espaço de tempo disponível para a confecção das planilhas de preço e juntada da respectiva documentação” e que entende ser “pertinente aprofundar os possíveis impactos do exíguo prazo de convocação no resultado do procedimento que resultou na contratação da empresa Contarpp Engenharia Ltda.”

Ocorre que a Unidade Técnica também não indicou o dispositivo legal violado quanto ao curtíssimo espaço de tempo disponível e nem quais aos possíveis impactos em razão disso.

Em função disso, a apresentação de defesa para dar cumprimento ao princípio constitucional do contraditório e da ampla defesa fica comprometida.




Com efeito, esta empresa não pode ser penalizada porque, apesar do prazo exíguo, ter atendido ao chamamento da Administração, máxime porque o estabelecimento desse prazo não é de sua responsabilidade e de competência.

Além disso, caso tenha havido algum impacto negativo em relação ao exíguo prazo, o que se suscita apenas por amor ao debate, porque não houve, é preciso que o representante especifique com objetividade, a fim de que esta empresa possa, de fato, exercer o seu direito ao contraditório e à ampla defesa. Contudo, até o presente momento, isso não ocorreu.

Prestam-se os esclarecimentos até aqui entabulados para que, caso seja indicado, quanto ao exíguo prazo, algum impacto contrário ao interesse público, esta empresa tenha devolvido o seu prazo para apresentação de defesa e de contraditório. É que, até o presente momento, o expediente adotado por esta empresa, em relação ao caso aqui sob exame, foi atender o chamamento na forma requerida pela Administração e isso não pode voltar-se contra si, sob pena de se implantar um verdadeiro ambiente de terrorismo para todos os jurisdicionados quando a Administração realizar algum tipo de chamamento.

Não apenas isso. Sem embargo do que até aqui já se disse, alguns pontos merecem ser considerados em relação à alegada irregularidade do exíguo prazo.

Primeiro: nenhuma empresa que participou dos procedimentos da Dispensa de Licitação n.º 453/2020 reclamou do exíguo prazo, nem mesmo a representante original RVA Comércio e Serviços de Construções – EIRELI. Ao contrário, todos apresentaram suas propostas. Além disso, a inabilitação da RVA Comércio e Serviços de Construções – EIRELI não está relacionada ao exíguo prazo.



Conforme se extrai do **e-DOC 0F8C2097**, subscrito pelo Subsecretário de Infraestrutura em Saúde, “a empresa RVA Comércio e Serviços de Construções – EIRELI sequer foi habilitada no Tecnicamente no Processo, pois não apresentou Atestado(s) de Capacidade Técnica Operacional, que viesse a comprovar a execução de serviços de manutenção predial ou construção de edificações Hospitalares, compatível com o vulto e complexidade do objeto da Dispensa de Licitação em comento, nos termos do Item 7.2.2 da Dispensa de Licitação nº 453/2020 - SES/SUAG”.


Segundo: em relação aos serviços realizados, cumpre trazer à colação que já foi formalizado o **Relatório de Vistoria para Termo de Ocupação** (recebimento parcial do serviço objeto em referência), conforme se comprova do **e-DOC D3A8BA31**.

Nesse Relatório lê-se o seguinte: “**APOS A VISTORIA, CONSTATOU A COMISSÃO QUE NÃO EXISTE NENHUMA PENDENCIA A SER EXECUTADA**”. Segue-se disso que não houve qualquer impacto negativo na execução do objeto do Contrato n.º 067/2020 decorrente do exíguo prazo entre o aviso de dispensa de licitação e a apresentação de proposta.

Terceiro: no caso da dispensa de licitação aqui em destaque, incidiam as disposições do Decreto Distrital n.º 40.475/2020. O art. 9.º desse decreto é de seguinte teor:

“Art. 9.º A **tramitação dos processos** referentes a assuntos vinculados a este Decreto se dará em **regime de urgência e prioridade** em todos os órgãos e entidades da Administração Pública do Distrito Federal” (o destaque é nosso).

Não é desarrazoado entender que o exíguo prazo ajusta-se ao dispositivo acima transcrito. Sendo assim, não há falar em irregularidade em relação ao exíguo prazo.



Quarto: De fato, no Ofício n.º 453/2020 - SES/SUAG, datado de **01.04.2020**, lê-se o seguinte:

“A proposta comercial deverá ser enviada em papel timbrado; com todas as folhas rubricadas e numeradas; assinada pelo representante legal da empresa; via endereço eletrônico dispensadelicitacao.sesdf@gmail.com, até o dia **03/04/2020**, às 15h”.

Nada obstante isso, lê-se na representação subscrita pelo Deputado Distrital Leandro Grass o seguinte:

“Sucedee que, apesar de anunciada no dia 30.3.2020, o chamamento e aviso de abertura da dispensa de licitação foi publicado no dia 2.4.2020, em edição extra do Diário Oficial do Distrito Federal, consoante documento anexo.


(...)

Veja-se, nobres Conselheiros. O extrato de dispensa foi publicado no dia 2.4.2020, em edição extra. A edição extra do Diário Oficial, normalmente, é publicada no final do dia. Sendo assim, e considerando que o prazo para apresentação de propostas foi de menos de 24 (vinte e quatro) horas.

Esse fato causa estranheza porque não está a se tratar de uma obra simples. Trata-se de uma adequação de um espaço de uma arena esportiva, construída para um determinado fim, razão pela qual não parece razoável e nem suficiente que as empresas tenham menos de 24 horas para apresentarem propostas técnicas robustas para a adaptação do espaço”.

Com efeito, data máxima vênua, os fatos não se sucederam assim, como quer fazer crer o representante na transcrição supra, senão vejamos.

A Dispensa de Licitação de que trata o Ofício n.º 453/2020 foi enviada por e-mail aos interessados, em **01.04.2020**, e nesse e-mail constavam 3 (três) anexos: Projeto Básico, Ofício e Orçamento. Tudo de acordo com documento que segue anexo a estes esclarecimentos, o qual se encontra devidamente encartado nos autos do Processo SEI n.º 00060-00129560/2020-83, p. 75.



Assim, conforme se faz prova, a proposta não foi elaborada em menos de 24 (vinte e quatro) horas do recebimento da documentação necessária para a sua elaboração, conforme quer fazer crer o representante.

III – DA CONCLUSÃO E DOS PEDIDOS

Colhe-se dos esclarecimentos aqui estruturados e da legislação que disciplina a espécie que a indicação do prazo em que uma proposta que deve ser apresentada pelo jurisdicionado à Administração Pública é matéria afeta ao Poder Público.

No caso aqui em pauta, (a) a pandemia; (b) as disposições do art. 9.º do Decreto Distrital n.º 40.475/20; (c) a situação de risco pela qual passava a sociedade, e ainda passa, em relação à proliferação de infecção do coronavírus, corrida aos hospitais e quantidade de óbitos caracterizaram um quadro de necessária urgência; (d) a elaboração da proposta no prazo estabelecido pela Administração atendeu o interesse público; (e) nenhuma das 15 (quinze) empresas interessadas reclamou do prazo concedido pela Administração para a apresentação das propostas; (f) os agentes públicos responsáveis pela elaboração do Relatório de Vistoria para Termo de Ocupação não constaram nenhuma pendência na execução do objeto contratual; (g) o prazo para a apresentação de proposta não foi de menos de 24 (vinte e quatro) horas, conforme quer fazer crer o representante; e (h) o representante, a Unidade Técnica e o Relator não identificaram nenhum impacto negativo em razão da alegada irregularidade quanto à exiguidade do prazo para a apresentação de proposta.

Posto esse quadro, a CONTARPP ENGENHARIA LTDA., requer que esse egrégio Tribunal de Contas:

I – receba e ordene o processamento dos presentes esclarecimentos;

II – considere satisfatórias as considerações aqui expendidas e, de consequência, improcedente, no ponto, a representação sobre exame e, assim, afaste qualquer responsabilidade desta empresa em relação ao prazo que foi concedido pela Administração para a apresentação das propostas, que culminou com a lavratura do Contrato n.º 067/2020;

III – caso assim não entenda esse Tribunal de Contas, em sendo identificado algum impacto negativo em razão do exíguo prazo para a apresentação de proposta, que seja de responsabilidade desta empresa, então, devolva-lhe o prazo, a fim de que possa exercer o seu direito constitucional ao contraditório e à ampla defesa, visto que, nesta etapa processual, não se extrai nenhuma acusação objetiva quanto a isso no teor da Decisão n.º 4.766/2020;

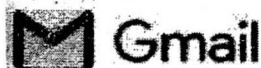
IV – dê ciência a esta empresa da decisão que vier a ser adotada.

Nesses termos,

Pede e espera deferimento.

Brasília, em 19 de novembro de 2020.


CONTARPP ENGENHARIA LTDA
Rodrigo Perez de Almeida
Diretor



Dispensa de Licitação <dispensadelicitacao.sesdf@gmail.com>

DISPENSA DE LICITAÇÃO OFÍCIO Nº 453/2020**Dispensa de Licitação** <dispensadelicitacao.sesdf@gmail.com>

1 de abril de 2020 20:35

Para: Dispensa de Licitação <dispensadelicitacao.sesdf@gmail.com>

Cco: comercial@ipeconstrucao.com.br, rosangela.orcamento@ipeconstrucao.com.br, compras@encomenergia.com.br, Alair <comercial@atlanticoengenharia.eng.br>, DAN ENGENHARIA <damenge@terra.com.br>, cossconstrucoes@hotmail.com, coss.construcoes@uol.com.br, construtoraburiti@hotmail.com, licitacoesengeth@terra.com.br, civilengenharia@terra.com.br, civil.engenharia@terra.com.br, gerenciadeobras@encomenergia.com.br, TSC - TOP SERVICOS E CONSTRUÇÕES TOP CONSTRUTORA <tscservicosconstrucoes@gmail.com>, dinizhfd@gmail.com, mevato@brturbo.com.br, cossconstrucoes@hotmail.com, ajl@ajleng.com.br, atendimento@contarpp.com.br, thuin.ruyter@gmail.com, Italo Wilker <italo@civilengenharia.com.br>, anne.amaral@gmail.com.br, vaf2506@yahoo.com, jorgesalomao@gmail.com, planarte@planarte.eng.br, gustavo@grupoetec.com.br, cevic@cevic.com.br, Luciano Compacta <luciano@compactadf.com.br>, contrutoraburiti@hotmail.com, comercial1@grupogsi.com.br, gerenciadeobras@ecomenergia.com.br, cossconstrucoes@hotmail.com, josedesordi@gmail.com, Afonso <afonso@cldengenharia.com.br>, leo.poli@hotmail.com, damenge@terra.co.br, assistenteditrecao@encomenergia.com.br, diretoria@ipeconstrucao.com.br, adm@itebra.com.br, anne.amaral@gmail.com, comercial@atlanticaengenharia.eng.com.br, dora.comercial@ipeconstrucao.com.br, genivaldo@atlanticoengenharia.eng.br, damange@terra.com.br, Implanta Construções <implanta@gmail.com>, infra@engeth.com.br, imperioservicosgerais@gmail.com, vaf2506@yahoo.com.br, poli engenharia <poli@poliengenharia.com.br>, cldengenharia@cldengenharia.com.br, marketing@qualityprducoes.com.br, asmestandes@gmail.com, carlos@lspiro.com.br, comercial@lspiro.com.br, contato@monteeventos.com.br

A Secretaria de Saúde do Distrito federal, neste ato representada pela Subsecretaria de Administração Geral - SUAG/SES convoca as empresas interessadas para participar da Dispensa de Licitação, a qual será instruída com fundamento no art. 4º, da Lei Federal nº 13.979/2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019.

O objeto do presente refere-se à **CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONSTRUÇÃO CIVIL** para adequar o Estádio Nacional de Brasília Mané Garrincha, visando a implementação o Hospital de Campanha, com a criação de 200 (duzentos) leitos de internação para pacientes em tratamento da doença do Coronavírus (COVID-19), conforme condições e especificações constantes no Projeto Básico anexo.

DO ENVIO DA PROPOSTA

A proposta comercial deverá ser enviada em papel timbrado; com todas as folhas rubricadas e numeradas; assinada pelo representante legal da empresa; via endereço eletrônico dispensadelicitacao.sesdf@gmail.com, até o dia **03/04/2020**, às 15h.

- Passada a fase de recebimento das propostas, as mesmas serão avaliadas de acordo com os critérios de aceitação previstos no Projeto Básico. A empresa, cuja proposta tenha sido aprovada após avaliação técnica e que tenha ofertado menor preço pelo item a ser adquirido, deverá encaminhar, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis contados a partir da solicitação, que será feita por meio do correio eletrônico contantes da proposta, toda a documentação de habilitação solicitada neste Ofício Circular, bem como no Projeto Básico.
- A documentação necessária à habilitação deverá ser apresentada por meio digital, autenticada por cartório competente ou validável digitalmente.


01/04/2020

Gmail - DISPENSA DE LICITAÇÃO OFÍCIO Nº 453/2020

- **Somente serão aceitas as documentações por meio eletrônico, na forma acima citada.** Caso se faça necessário e devidamente motivado, serão solicitadas as documentações originais, de forma a verificar se a documentação apresentada previamente corresponde à original e para posterior arquivamento, conforme Portaria nº 459/2016 SEPLAG-DF, artigo 16, II.

—
Gerência de Aquisições Especiais - GEAQ/DAESP.
Diretoria de Aquisições Especiais - DAESP/SUAG.
Subsecretaria de Administração Geral - SUAG.
Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal - SES-DF.
Setor de Áreas Isoladas Norte, Parque Rural S/N, Bloco A, 1º Andar, Sala 74 Asa Norte.
CNPJ: 00394700/0001-08, CEP: 70.770-200 – Brasília DF.
Tel.: (61) 2017-1046

3 anexos

 **SEI_GDF - 38004410 - Projeto Básico.pdf**
140K

 **SEI_GDF - 38010201 - Ofício.pdf**
119K

 **Orçamento SES-DF.pdf**
284K